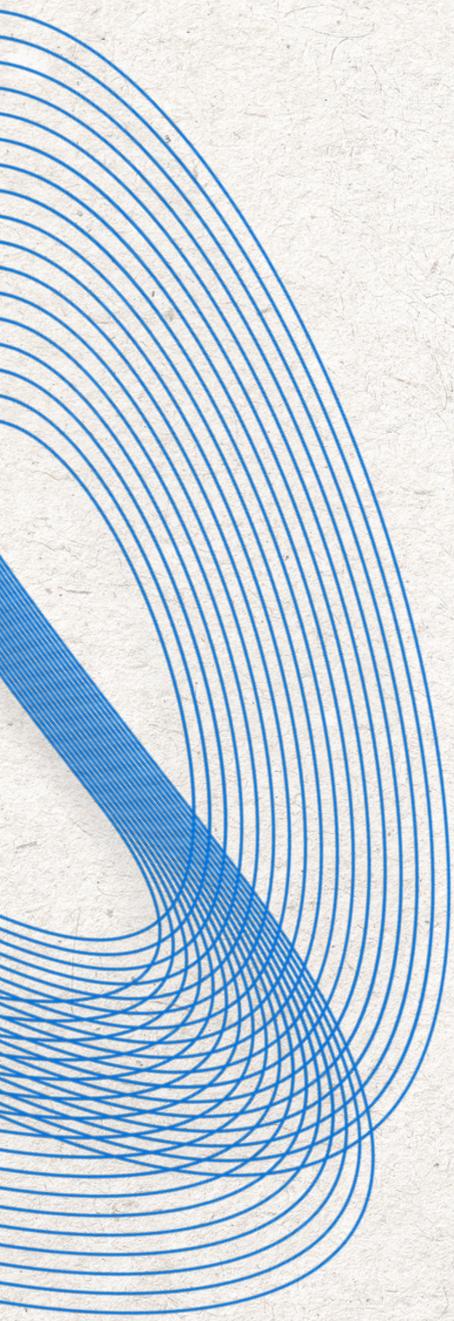




Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Monte Alegre



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Oswaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução..... 8

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza..... 9

1 - Evolução da Taxa de Pobreza..... 9

2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais..... 10

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável..... 11

3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer..... 12

4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)..... 13

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar..... 14

5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)..... 14

6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes..... 15

Objetivo 4 - Educação de Qualidade..... 17

7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes..... 17

8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet..... 18

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero..... 19

9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros..... 19

10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres..... 20

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento..... 22

11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto..... 22

12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita..... 23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023) ..	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Monte Alegre (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

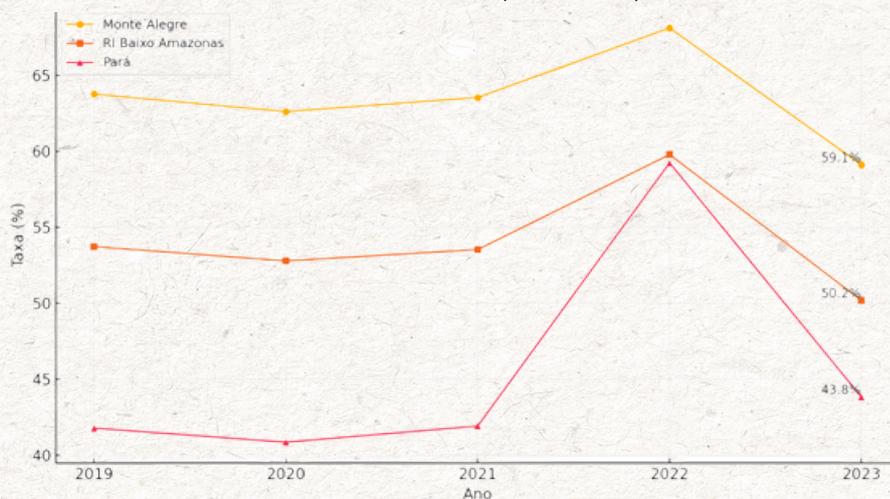
Entre 2019 e 2023, observa-se que a taxa de pobreza em Monte Alegre manteve-se elevada durante todo o período, iniciando em torno de 64% e chegando ao pico em 2022, com aproximadamente 68%. Essa elevação coincide com os efeitos da pandemia da COVID-19, que agravaram a vulnerabilidade socioeconômica. No entanto, em 2023 há uma queda significativa, atingindo 59,1%, o que sugere alguma recuperação, possivelmente influenciada por políticas de transferência de renda ou retomada da atividade econômica local (Gráfico 1).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o comportamento é similar, com relativa estabilidade entre 2019 e 2021, oscilando em torno de 53%, seguido de um pico em 2022 (quase 60%) e queda para 50,2% em 2023. Isso indica que a região também enfrentou forte pressão inflacionária e perda de renda durante a pandemia, mas com uma recuperação proporcional ao observado em Monte Alegre, embora em patamar inferior (Gráfico 1).



Já no estado do Pará, a taxa de pobreza apresenta o menor nível entre os três territórios, partindo de 41,8% em 2019, caindo levemente em 2020, e sofrendo uma elevação acentuada em 2022 (quase 59%), retornando a 43,8% em 2023. O padrão é o mesmo: estabilidade até 2021, forte aumento em 2022 e recuo em 2023. A magnitude menor dos percentuais em relação ao município e à RI sugere maior diversidade econômica no estado como um todo, o que pode ter amortecido os efeitos da crise (Gráfico 1).

Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 59,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

O município de Monte Alegre apresenta um padrão relativamente oscilante nas despesas públicas voltadas a serviços essenciais. Em 2019, o percentual era de 66,2%, caindo para 60,8% em 2020, um ano marcado pelo redirecionamento de recursos em virtude da pandemia de COVID-19. A partir de 2021, observa-se uma retomada, com elevação para 65,8%, seguida por uma nova queda em 2022 (63,8%) e recuperação parcial em 2023, alcançando 64,5%. A variação pode indicar ajustes orçamentários pontuais, mas ainda reflete compromisso considerável com áreas essenciais, mesmo diante de pressões fiscais (Gráfico 2).

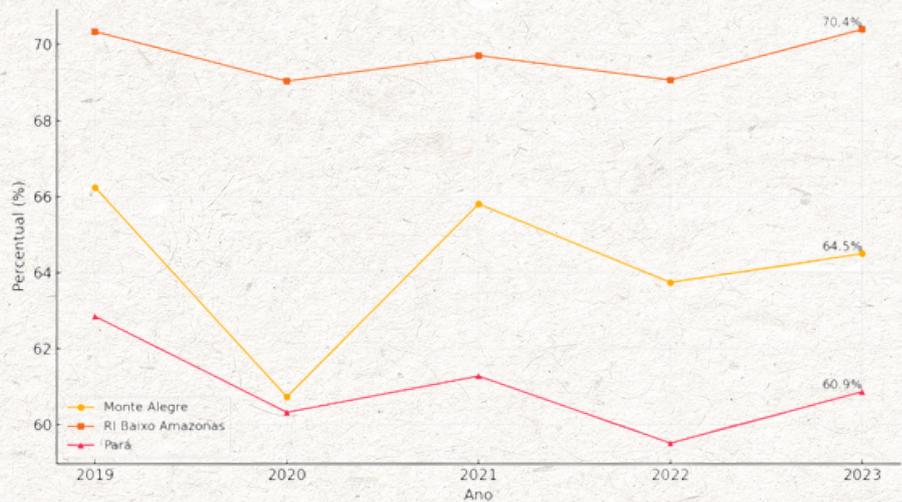
A Região de Integração Baixo Amazonas manteve-se acima dos demais recortes territoriais em todos os anos analisados, iniciando com 70,3% em 2019, recuando ligeiramente em 2020 e 2022, mas retomando o patamar inicial em 2023 (70,4%). Essa estabilidade e alto percentual sugerem uma priorização consistente das despesas essenciais no orçamento público regional, o que pode representar maior cobertura ou manutenção de políticas estruturantes em áreas como saúde, educação e assistência social (Gráfico 2).

No estado do Pará, o comportamento do indicador foi relativamente estável, porém

em um patamar inferior aos demais. Em 2019, as despesas com serviços essenciais representavam 62,8%, caindo para 60,2% em 2020, subindo discretamente em 2021 (61,3%) e sofrendo novo recuo em 2022 (59,4%), com recuperação leve para 60,9% em 2023. O padrão indica uma relativa rigidez orçamentária em nível estadual, com limitação de recursos frente às demandas da máquina pública, afetando a capacidade de manter altos percentuais em serviços essenciais ao longo do tempo (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 64,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar da nutrição e promover a agricultura sustentável.



Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

Entre 2019 e 2023, o município de Monte Alegre manteve taxas de prevalência de baixo peso ao nascer abaixo das médias observadas na Região de Integração Baixo Amazonas e no estado do Pará. Em 2019, o índice municipal era de 5,6%, aumentando gradualmente até atingir um pico de 6,9% em 2022, com posterior redução para 6% em 2023. Essa oscilação pode refletir tanto aspectos estruturais da assistência pré-natal quanto variações no perfil socioeconômico materno durante e após a pandemia (Gráfico 3).

A RI Baixo Amazonas apresentou um comportamento mais estável, iniciando o período com uma taxa elevada (8,1%), com leve queda até 2020 e subsequente aumento

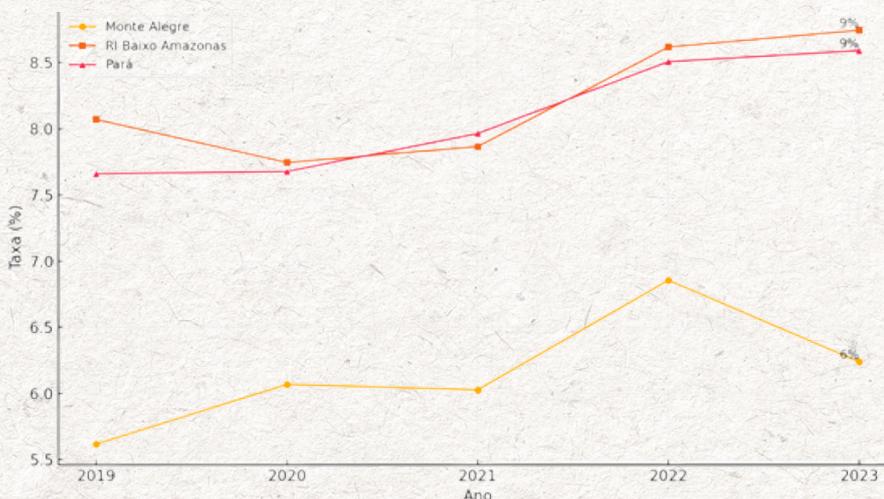
contínuo, alcançando 9% em 2023. Esse crescimento gradual indica uma piora na condição de saúde perinatal ou aumento da subnutrição e vulnerabilidade social na região, fatores que influenciam diretamente o peso ao nascer. A estabilidade em 2023 pode sinalizar um platô na tendência, exigindo atenção das políticas públicas locais (Gráfico 3).

Já o estado do Pará apresentou um crescimento mais moderado, partindo de 7,6% em 2019 e alcançando 9% em 2023, o que ainda representa uma deterioração no indicador ao longo dos anos. A uniformidade da curva estadual sugere uma influência sistêmica, possivelmente relacionada à sobrecarga dos serviços de saúde

de durante a pandemia, aliada às condições socioeconômicas desfavoráveis que impactam o estado como um todo, especialmente em áreas mais isoladas (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

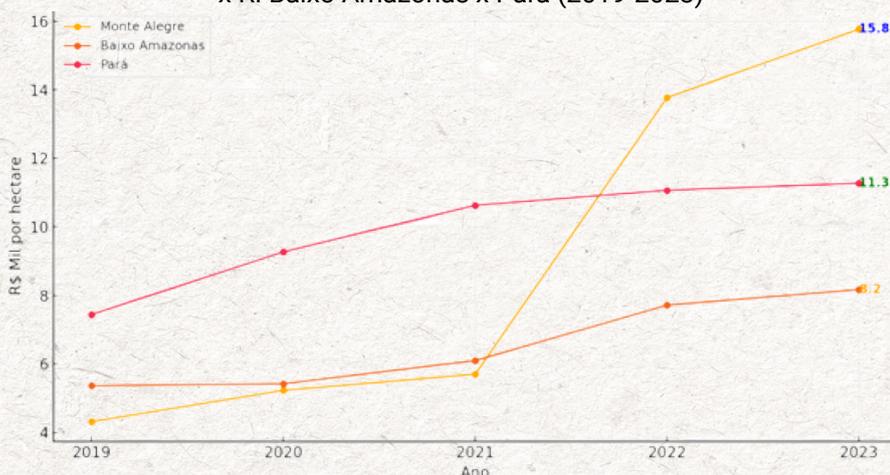
No que tange à produtividade agrícola, o município de Monte Alegre apresentou um crescimento notável e superior aos demais recortes territoriais. Em 2019, a produtividade era de apenas R\$ 4,4 mil/ha, subindo de forma estável até 2021, e registrando um salto expressivo entre 2021 e 2022 (de R\$ 5,7 mil para R\$ 13,8 mil/ha). Em 2023, atingiu o valor máximo de R\$ 15,8 mil/ha. Esse aumento pode estar associado à modernização de técnicas agrícolas, maior acesso a crédito rural, ou valorização dos produtos cultivados na região (Gráfico 4).

A Região de Integração Baixo Amazonas teve um crescimento mais modesto. Iniciou em R\$ 5,4 mil/ha em 2019 e avançou para R\$ 8,2 mil/ha em 2023, mantendo trajetória ascendente, porém bem menos acelerada que Monte Alegre. Isso indica que, embora haja melhora na produtividade regional, Monte Alegre se destaca por algum diferencial técnico, logístico ou de especialização produtiva que o distanciou da média da RI (Gráfico 4).

No contexto estadual, o Pará também seguiu tendência de crescimento, partindo de R\$ 7,5 mil/ha em 2019 para R\$

11,3 mil/ha em 2023. A evolução foi contínua, mas sem saltos abruptos. Isso sugere que a dinâmica estadual é mais homogênea e que o desempenho excepcional de Monte Alegre não apenas supera a média regional e estadual, como também pode estar atrelado a iniciativas locais específicas com maior impacto do que os programas estaduais generalizados (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 15,8 mil / ha , enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil /ha . Portanto, a meta ainda não foi alcançada .





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

Em Monte Alegre, a taxa de mortalidade infantil apresentou uma queda relevante de 16,2 por mil nascidos vivos em 2019 para o menor valor da série em 2021 (12,4), indicando possível melhoria momentânea nas condições de saúde neonatal e atenção básica. No entanto, a partir de 2022 a taxa voltou a crescer, alcançando 21 por mil em 2023 – o valor mais elevado do período. Esse aumento abrupto pode estar relacionado à sobrecarga dos serviços de saúde pós-pandemia, deficiências estruturais ou redução na cobertura de cuidados essenciais à gestação e ao parto (Gráfico 5).

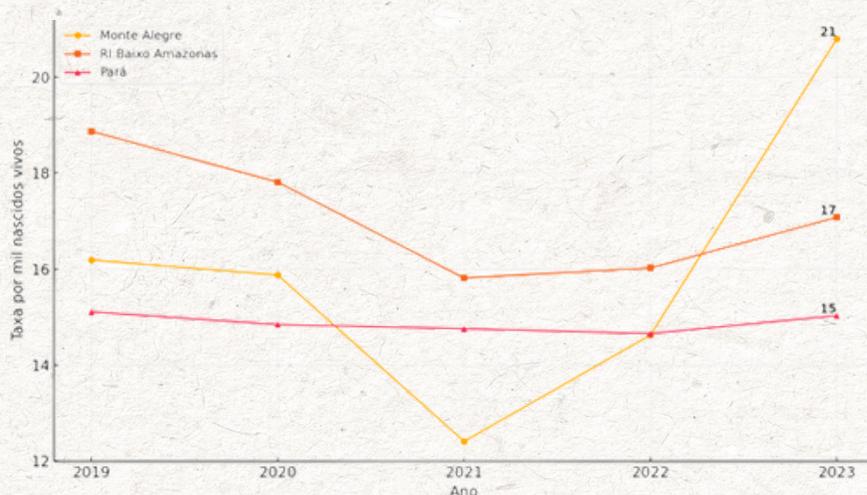
Na Região de Integração Baixo Amazonas, observa-se uma tendência decrescente entre 2019 (18,9) e 2021 (15,8), com leve retomada do crescimento nos dois anos seguintes, atingindo 17 em 2023. Apesar da melhora inicial, o dado de 2023 indica que os avanços podem ter sido parcialmente revertidos, sugerindo a necessidade de reforço das políticas de saúde infantil e monitoramento constante da mortalidade evitável na região (Gráfico 5).





O estado do Pará apresentou a curva mais estável do indicador, oscilando de 15,1 em 2019 para 14,7 em 2022 e retornando a 15 em 2023. A estabilidade pode refletir maior resiliência da rede estadual de saúde, com presença de centros de referência em regiões metropolitanas. No entanto, o fato de não haver redução significativa ao longo de cinco anos indica desafios persistentes na superação de determinantes estruturais da mortalidade infantil, especialmente em áreas interioranas (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 21 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

Monte Alegre iniciou o período com um dos menores índices de médicos por 10 mil habitantes (4,2 em 2019), e sofreu nova queda até 2021 (3,2), refletindo uma possível evasão de profissionais ou escassez de políticas de interiorização médica. A partir de 2022, há forte recuperação, saltando para 8 médicos por 10 mil em 2023 – mais que o dobro em dois anos. Esse aumento expressivo pode estar associado a contratações emergenciais, incentivos de fixação ou programas federais como o Médicos pelo Brasil (Gráfico 6).

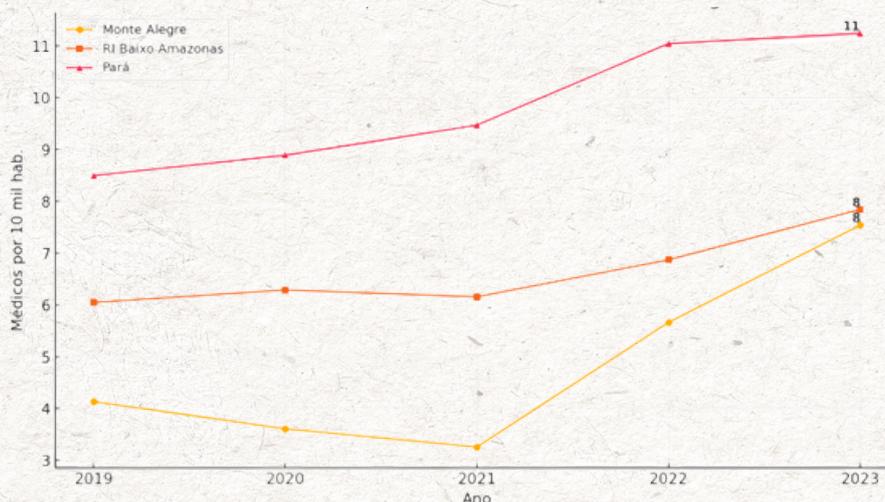
Gráfico 6).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o indicador apresenta crescimento gradual e contínuo, partindo de 6,1 em 2019 e chegando a 8 médicos por 10 mil em 2023. Esse padrão estável indica uma política regional mais equilibrada de alocação de profissionais, ainda que em patamar inferior à média estadual. A manutenção do crescimento linear sugere certa efetividade de programas regionais ou consorciados de saúde (Gráfico 6).



O estado do Pará mantém os maiores índices ao longo do período, partindo de 8,5 em 2019 e atingindo 11,1 médicos por 10 mil habitantes em 2023. Essa trajetória consistente de crescimento demonstra investimento estadual na ampliação da força de trabalho em saúde, mas não necessariamente garante equidade territorial, como mostra o desnível frente a Monte Alegre no início da série. A ampliação do acesso em regiões mais remotas ainda parece um desafio, apesar da melhoria geral no estado (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Monte Alegre apresentou, entre 2019 e 2021, um padrão estável no número de vagas por mil habitantes, mantendo-se acima de 290 vagas por mil, com leve oscilação. No entanto, a partir de 2022, observa-se uma queda expressiva, chegando a 248 vagas em 2023 – o menor valor da série. Essa retração pode estar associada a fatores como fechamento de turmas, diminuição de matrículas ou reorganização da rede, possivelmente influenciada por efeitos pós-pandemia ou questões demográficas locais (Gráfico 7).

A Região de Integração Baixo Amazonas seguiu tendência semelhante, com certa estabilidade até 2021 (em torno de

277 vagas por mil habitantes), seguida por uma queda contínua até atingir 235 em 2023. A semelhança entre os padrões regional e municipal reforça a hipótese de que fatores sistêmicos – como alterações no financiamento ou reestruturações educacionais – afetaram de forma ampla a oferta de vagas no território (Gráfico 7).

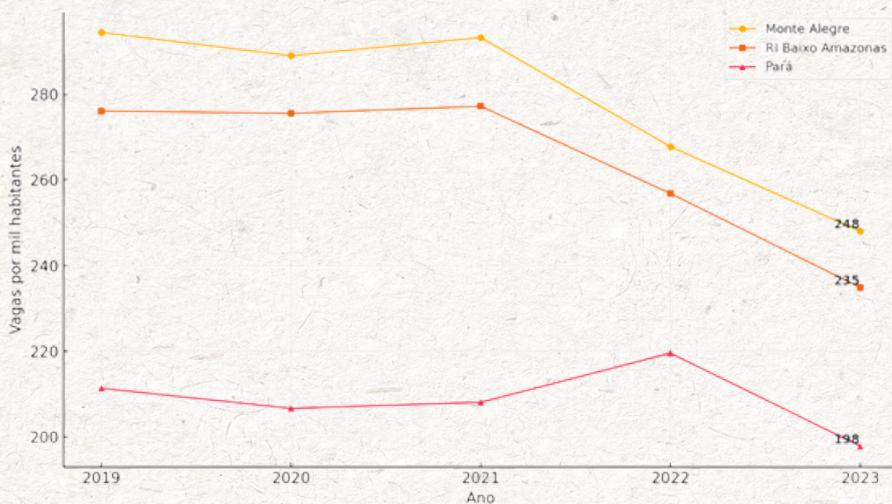
No estado do Pará, o número de vagas apresentou uma leve melhora entre 2020 e 2022, chegando a 219 vagas por mil habitantes, mas voltou a cair em 2023, alcançando 198. Apesar de apresentar valores sistematicamente inferiores aos da RI e de Monte Alegre, a trajetória menos volátil pode indicar ma



ior previsibilidade nas políticas estaduais de oferta educacional. Ainda assim, o recuo em 2023 merece atenção, principalmente diante do desafio da recomposição da aprendizagem no pós-pandemia (Gráfico 7).



Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 248 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

Em Monte Alegre, observa-se uma forte expansão no percentual de escolas com acesso à internet. O indicador parte de apenas 21% em 2019, cresce de forma contínua até 2022, e dá um salto expressivo em 2023, atingindo 67,9%. Esse aumento, especialmente entre 2022 e 2023, pode estar relacionado a investimentos emergenciais em conectividade escolar ou à implementação de políticas federais de inclusão digital na educação básica (Gráfico 8).

Na RI Baixo Amazonas, o crescimento também é conti-

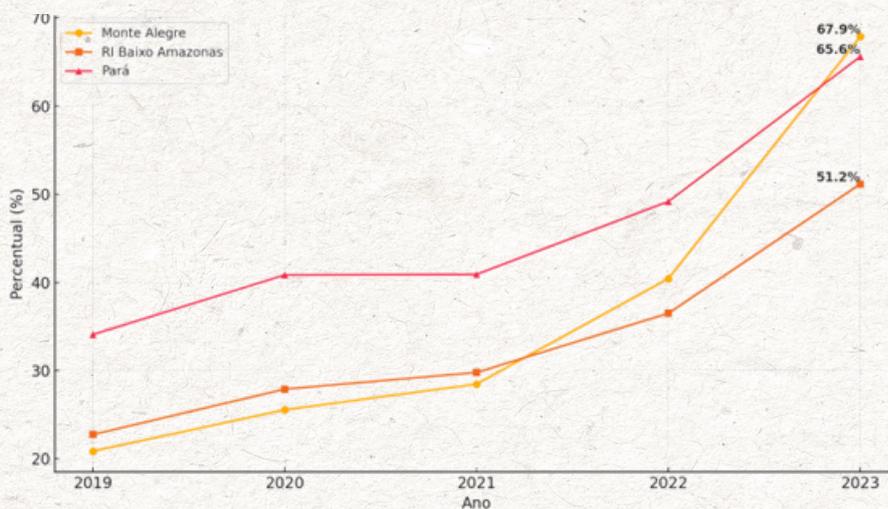
nuo, embora mais lento. Em 2019, 23% das escolas tinham acesso à internet, número que sobe gradualmente até alcançar 51,2% em 2023. Apesar do avanço, a RI apresenta em 2023 um percentual consideravelmente inferior ao do município de Monte Alegre e ao do estado como um todo, o que pode indicar desigualdades intrarregionais na implantação de infraestrutura digital nas escolas (Gráfico 8).

O estado do Pará demonstra a trajetória mais consistente e acelerada no indicador, iniciando em 34% em 2019 e che-

gando a 65,6% em 2023. A curva estadual se mantém acima das demais durante todo o período analisado, evidenciando maior capacidade de articulação e investimento na expansão da conectividade escolar. O avanço é significativo, especialmente após 2021, refletindo uma resposta institucional à urgência da digitalização educacional durante e após a pandemia de COVID-19 (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 67,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros



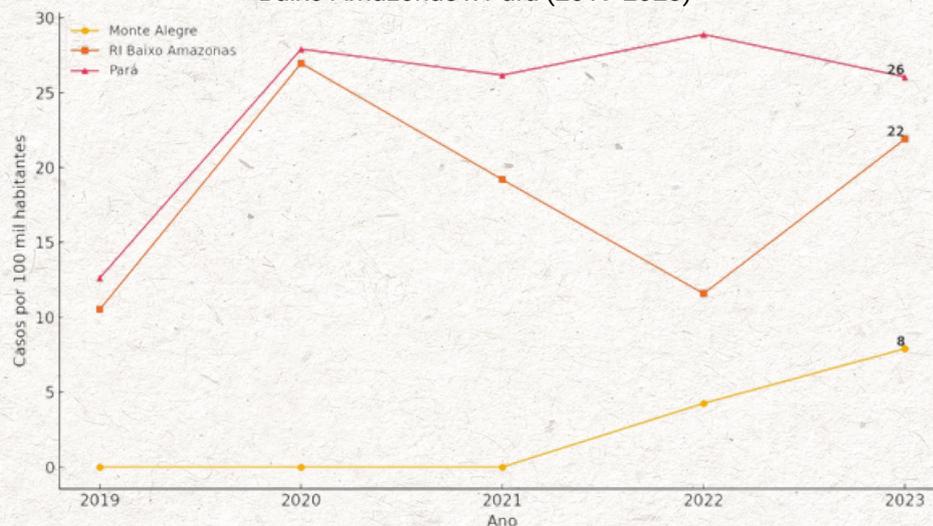
Entre 2019 e 2023, o município de Monte Alegre apresentou um cenário singular em relação à violência contra a mulher praticada por parceiros. Nos três primeiros anos (2019 a 2021), os registros foram nulos, o que pode indicar subnotificação, ausência de registros oficiais ou efetivamente inexistência de casos denunciados. A partir de 2022, o município passa a registrar casos (4 por 100 mil hab.), chegando a 8 em 2023 — ainda muito abaixo dos níveis estadual e regional, mas com uma taxa de crescimento que chama atenção (Gráfico 9).



Já na Região de Integração (RI) Baixo Amazonas, observa-se um pico acentuado em 2020 (aproximadamente 27 casos por 100 mil habitantes), seguido de queda até 2022 (12 casos), e uma nova elevação em 2023 (22 casos). Essa oscilação pode refletir tanto variações reais nas ocorrências quanto mudanças na eficácia dos mecanismos de denúncia e acolhimento. Ainda assim, a RI manteve, em todos os anos, taxas superiores às de Monte Alegre, sugerindo que o município está relativamente menos exposto ou registra menos casos (Gráfico 9).

O estado do Pará, por sua vez, manteve patamares mais elevados e relativamente estáveis ao longo do período, com destaque para 2022 (quase 29 casos por 100 mil habitantes) e leve recuo para 26 em 2023. Isso revela uma persistência estrutural do problema no estado, mesmo com oscilações pontuais. O cenário estadual indica que, embora possam ocorrer políticas de enfrentamento, a violência de gênero ainda é um desafio persistente e abrangente (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

No município de Monte Alegre, o indicador apresentou um desempenho acima da média estadual e regional durante todo o período. Em 2019, o percentual era de cerca de 68%, atingindo o pico em 2020 (mais de 70%) e mantendo-se relativamente alto e estável nos anos seguintes (65,4% em 2023). Essa constância sinaliza um ambiente de maior inclusão feminina nas posições de liderança local, ainda que seja necessário analisar a distribuição desses cargos para avaliar a efetiva equidade de gênero em termos qualitativos (Gráfico 10).

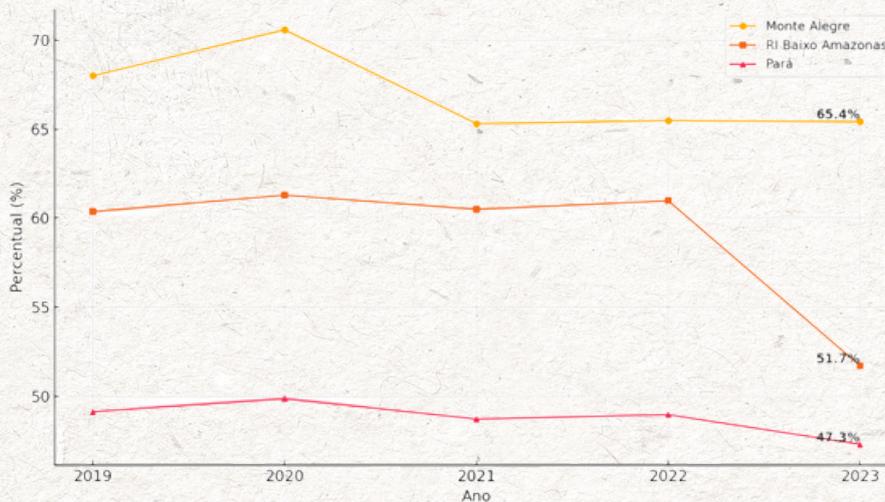




Na RI Baixo Amazonas, o indicador também apresentou estabilidade entre 2019 e 2022, oscilando levemente entre 60,4% e 61,4%. Entretanto, em 2023, houve uma queda expressiva para 51,7%, o que pode indicar retrocessos em políticas de promoção da liderança feminina, mudanças institucionais ou conjunturais que afetaram negativamente a ocupação desses espaços por mulheres. Essa inflexão merece atenção especial para investigar suas causas e promover correções (Gráfico 10).

No nível estadual, o percentual de cargos gerenciais ocupados por mulheres manteve-se o mais baixo entre os três recortes territoriais, variando entre 48,9% (2019) e 47,3% (2023), sem grandes variações. Essa estabilidade em níveis relativamente baixos revela um desafio mais estrutural no Pará, onde a paridade de gênero em cargos de liderança ainda está distante. Políticas públicas voltadas à equidade e programas de capacitação e promoção feminina podem ser estratégicos para reverter esse cenário (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 65,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta foi alcançada .

ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

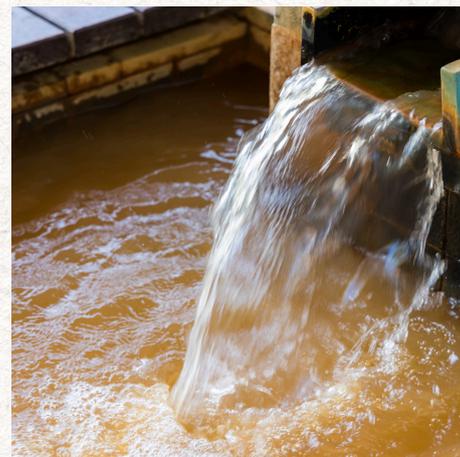
Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

No município de Monte Alegre, o acesso à coleta de esgoto entre a população de baixa renda manteve-se extremamente limitado ao longo do período analisado. Entre 2019 e 2021, o percentual foi praticamente nulo (0,1%), com uma leve elevação para 0,2% em 2022 e 2023. Esses valores indicam uma grave exclusão social no tocante ao saneamento básico, especialmente entre os mais vulneráveis. A ausência de avanços significativos sugere ineficiência nas políticas públicas locais voltadas à universalização do acesso à infraestrutura sanitária (Gráfico 11).

Na Região de Integração (RI) Baixo Amazonas, o indicador apresenta uma situação um pouco mais favorável, embora ainda insatisfatória. Em 2019 e 2020, o percentual ficou em torno de 1,5%, subindo para 2,2% em 2023. Apesar do crescimento contínuo, os valores permanecem muito baixos, revelando uma cobertura de esgotamento sanitário que não contempla adequadamente as camadas de menor renda da população regional. Ainda assim, a tendência ascendente

sinaliza um esforço gradual de ampliação do serviço (Gráfico 11).

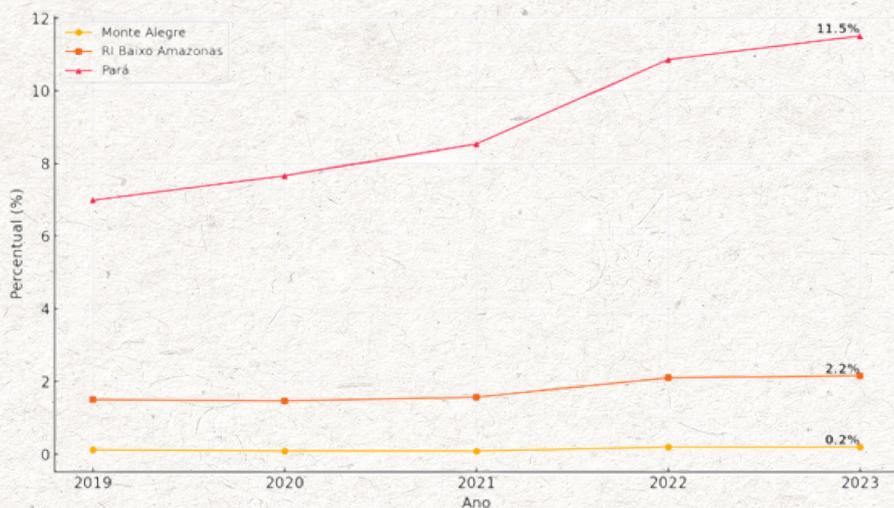
Já o estado do Pará demonstra progresso mais consistente e robusto. Partindo de 7,0% em 2019, o percentual de população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto cresceu anualmente, atingindo 11,5% em 2023. Esse avanço, embora ainda distante da universalização, revela que políticas estaduais vêm contribuindo para melhorar a inclusão social por meio do saneamento básico.



O ritmo de crescimento estadual é superior ao da RI e ao do município, o que reforça a desigualdade territorial na efetivação desses serviços (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

Em Monte Alegre, o gasto per capita com saneamento básico mostrou-se extremamente limitado e inconstante ao longo do período. Em 2019, o município investiu cerca de R\$ 2 por habitante, valor que caiu para R\$ 0 em 2020 e permaneceu praticamente nulo até 2023. Essa ausência de alocação orçamentária efetiva compromete qualquer política estruturante de saneamento, explicando, em parte, os baixos indicadores de acesso à coleta de esgoto. A descontinuidade e o volume irrisório dos investimentos indicam falta de prioridade política para o setor (Gráfico 12).

Na RI Baixo Amazonas, o gasto médio por habitante começou mais elevado em 2019 (R\$ 34), mas sofreu uma forte redução nos anos seguintes,

atingindo apenas R\$ 9 em 2021. A partir de então, observa-se uma lenta recuperação, chegando a R\$ 24 em 2023. Essa oscilação pode refletir limitações orçamentárias regionais, mas também mudanças na priorização da política pública. Apesar da melhora recente, os valores ainda estão aquém do necessário para superar os desafios estruturais da região (Gráfico 12).

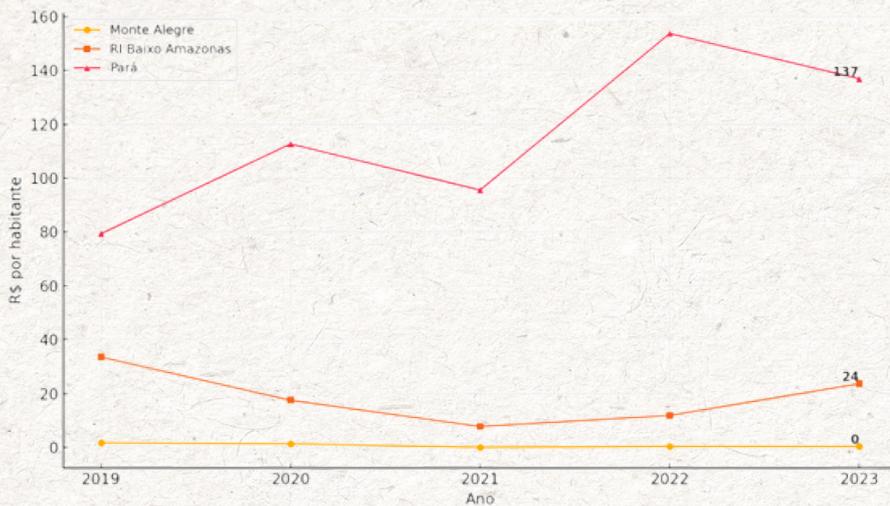
Em contraste, o estado do Pará apresentou um patamar muito superior de investimentos per capita ao longo do período. Houve aumento de R\$ 80 em 2019 para R\$ 154 em 2022, com leve recuo para R\$ 137 em 2023. Esses valores demonstram uma política estadual mais ativa no setor, o que está em consonância com o avanço observado no per-

centual de cobertura de esgoto. O comportamento do indicador sugere que, no nível estadual, há uma correlação entre o aumento dos investimentos e a ampliação da cobertura de saneamento, algo ainda ausente em Monte Alegre e sua RI (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.



No município de Monte Alegre, o consumo per capita de energia elétrica cresceu de forma contínua entre 2019 e 2023, passando de cerca de 655 kWh/hab. em 2019 para 733 kWh/hab. em 2023. Apesar desse crescimento, o município mantém níveis de consumo significativamente inferiores à média estadual e regional, o que pode refletir limitações de infraestrutura elétrica, menor atividade econômica ou dificuldades no acesso à energia por parte da população de baixa renda. Ainda assim, a tendência positiva indica uma possível expansão da cobertura e uso da eletricidade nos domicílios (Gráfico 13).

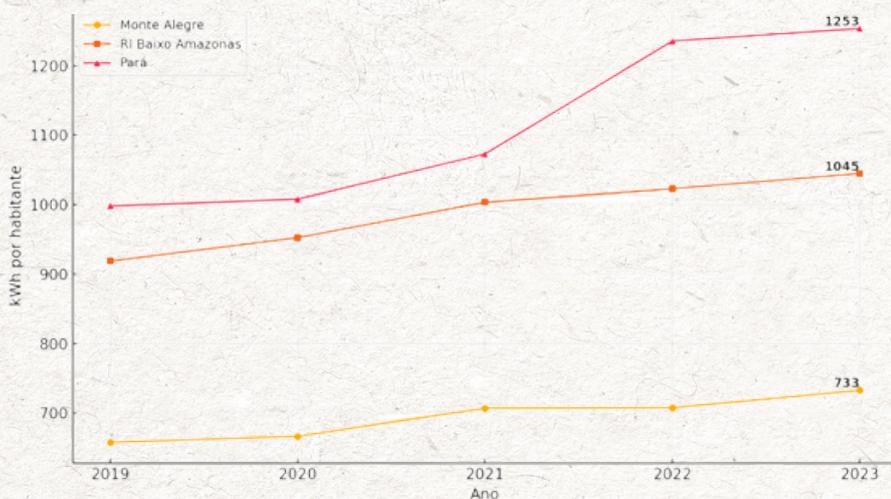
Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.



A Região de Integração Baixo Amazonas apresentou valores intermediários ao longo do período, com crescimento progressivo de 920 kWh/hab. em 2019 para 1.045 kWh/hab. em 2023. A evolução, embora moderada, demonstra melhora nas condições de acesso e uso da energia na região. Esses dados sugerem avanços na integração energética da RI, mas ainda com disparidades relevantes em relação ao consumo estadual, o que pode indicar desigualdade na distribuição dos serviços e no padrão de consumo entre os municípios da região (Gráfico 13).

No estado do Pará como um todo, observa-se o maior crescimento e os maiores valores absolutos do indicador: o consumo per capita cresceu de 997 kWh/hab. em 2019 para 1.253 kWh/hab. em 2023. O salto mais expressivo ocorreu entre 2021 e 2022, o que pode estar associado à ampliação da malha elétrica, programas de incentivo ao acesso à energia ou aumento da atividade produtiva. O patamar superior do estado em relação aos demais recortes demonstra uma tendência de centralização do consumo em áreas mais urbanizadas e desenvolvidas (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 733 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Em Monte Alegre, o percentual de domicílios de baixa renda que utilizam iluminação de origem fóssil apresentou uma queda contínua ao longo do período. Em 2019, o indicador era de 11,5% e caiu para 8,5% em 2023. Essa redução reflete avanços na substituição de fontes precárias de iluminação por energia elétrica regular, representando ganhos em qualidade de vida e segurança para a população mais vulnerável. Ainda assim, a manutenção de um índice relativamente elevado sugere que parte dos domicílios ainda permanece à margem da eletrificação convencional (Gráfico 14).

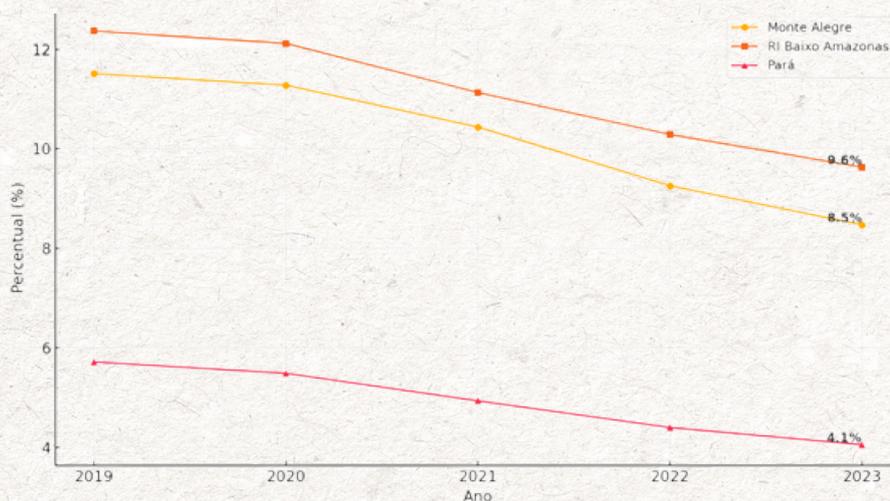


A RI Baixo Amazonas registrou comportamento semelhante, com queda de 12,3% em 2019 para 9,6% em 2023. O ritmo de redução foi consistente, embora o percentual de 2023 ainda esteja em patamar elevado. A persistência de níveis altos no uso de iluminação fóssil nesta região pode ser atribuída à dispersão geográfica das populações, à dificuldade de extensão da rede elétrica e à baixa capacidade de investimento dos municípios. Isso reforça a necessidade de políticas específicas de eletrificação rural e inclusão energética (Gráfico 14).

No Pará como um todo, o indicador parte de uma base significativamente mais baixa (5,7% em 2019), atingindo 4,1% em 2023. O comportamento indica uma cobertura mais ampla da rede elétrica no estado, embora ainda com bolsões de exclusão, especialmente em regiões rurais ou isoladas. A diferença entre os percentuais estadual e regional evidencia desigualdades territoriais no acesso à energia, destacando a importância de medidas descentralizadas para garantir a universalização do serviço (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

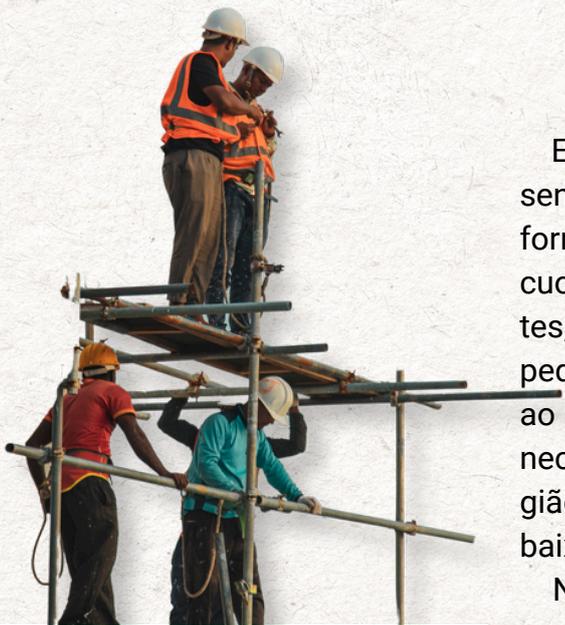
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



Empregos Formais por Mil Habitantes

Entre 2019 e 2023, o município de Monte Alegre apresentou um crescimento modesto no número de empregos formais por mil habitantes. A taxa partiu de 56 em 2019, recuou levemente em 2020, e voltou a subir nos anos seguintes, atingindo um pico de 65 em 2022. No entanto, houve um pequeno recuo para 61 em 2023. Apesar da melhora geral ao longo do período, os valores de Monte Alegre permanecem significativamente abaixo dos observados na sua região e no estado, o que evidencia uma economia local com baixa capacidade de formalização do trabalho (Gráfico 15).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o indicador manteve uma trajetória ascendente mais consistente. Em 2019 eram 94 empregos formais por mil habitantes, número

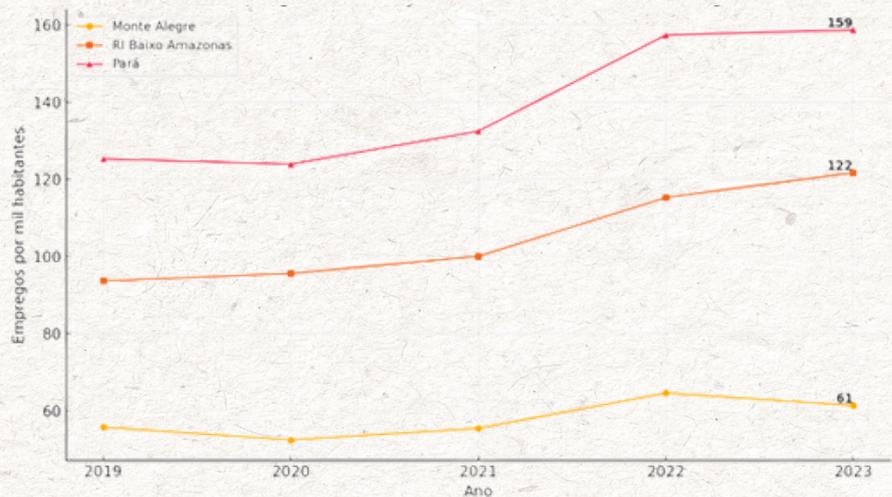
que aumentou progressivamente até alcançar 122 em 2023. O avanço mais expressivo ocorreu entre 2021 e 2022, provavelmente refletindo a recuperação econômica pós-pandemia e políticas de incentivo à formalização em polos regionais. Ainda assim, mesmo com esse progresso, a região permanece atrás da média estadual, sugerindo a existência de desafios estruturais no interior do estado (Gráfico 15).

No estado do Pará, os dados revelam um crescimento mais robusto e contínuo, com a taxa passando de 126 empregos formais por mil habitantes em 2019 para 159 em 2023. O maior salto



ocorreu entre 2021 e 2022, sinalizando forte retomada do emprego formal. Esse desempenho superior pode estar associado à concentração de oportunidades nos grandes centros urbanos, à maior diversificação econômica estadual e à presença de setores mais estruturados com vínculos regulares. A comparação com Monte Alegre evidencia disparidades territoriais relevantes no acesso ao emprego formalizado, reforçando a importância de políticas específicas para dinamização econômica e inserção formal nos municípios do interior (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 61 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Em Monte Alegre, o PIB per capita oscilou ao longo do período, iniciando em aproximadamente R\$ 12.600 em 2018, sofrendo uma queda em 2019 para cerca de R\$ 11.000 e, em seguida, recuperando-se gradualmente até atingir R\$ 13.900 em 2021. Contudo, em 2022 houve nova retração, fechando o ano em R\$ 12.948. Essa trajetória reflete um desempenho econômico instável, com crescimento moderado e impacto de oscilações conjunturais – possivelmente influenciado por fatores externos como a pandemia e limitações estruturais locais (Gráfico 16).

PIB per capita



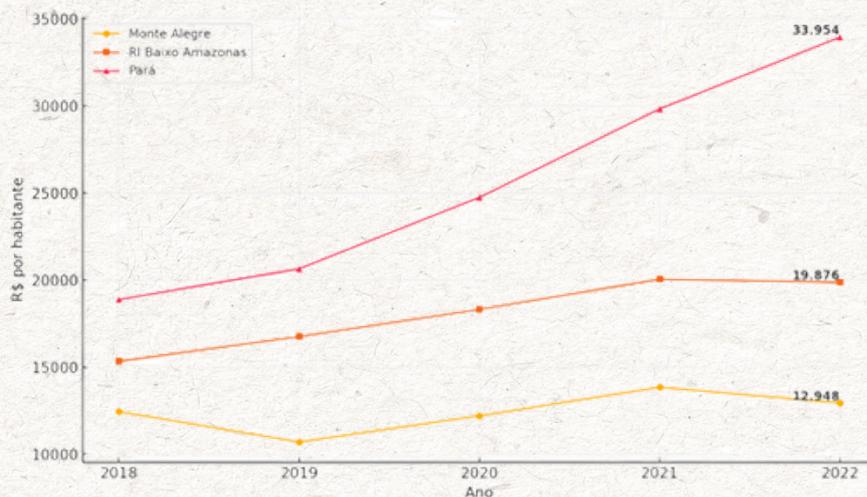
Na Região de Integração Baixo Amazonas, o comportamento do PIB per capita foi mais linear, com crescimento contínuo de R\$ 15.400 em 2018 para R\$ 19.876 em 2022. Essa evolução sinaliza um ambiente regional de expansão econômi-

ca mais sólido, provavelmente puxado por polos urbanos com maior dinamismo produtivo, infraestrutura e participação em cadeias econômicas mais amplas. A trajetória estável contrasta com a maior volatilidade observada em Monte Alegre (Gráfico 16).

No estado do Pará, os dados revelam um crescimento expressivo e constante, partindo de cerca de R\$ 19.000 em 2018 e alcançando R\$ 33.954 em 2022. O aumento acentuado a partir de 2020 pode estar vinculado à valorização de commodities e ao peso da indústria extrativa no estado,



Gráfico16 - PIB per capita, Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 12.948/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



No município de Monte Alegre, a participação da indústria na composição do PIB permaneceu extremamente baixa e estável ao longo de todo o período, variando apenas de 4,2% em 2018 para 4,1% em 2022. Isso revela a fragilidade do setor industrial local, indicando que a economia municipal se sustenta majoritariamente em atividades de serviços e agropecuária, com baixa diversificação produtiva. A ausência de um parque industrial relevante limita o potencial de crescimento sustentado e geração de empregos qualificados (Gráfico 17).

Na RI Baixo Amazonas, o setor industrial apresentou maior

peso relativo, começando em 17,3% em 2018 e atingindo 22,1% em 2020, antes de recuar para 18% em 2021 e subir levemente para 20% em 2022. Apesar das oscilações, o patamar se mantém significativamente superior ao de Monte Alegre, indicando uma base industrial mais estruturada em alguns municípios da região. Esse contexto sugere oportunidades regionais para articulação de políticas de desenvolvimento produtivo integradas (Gráfico 17).

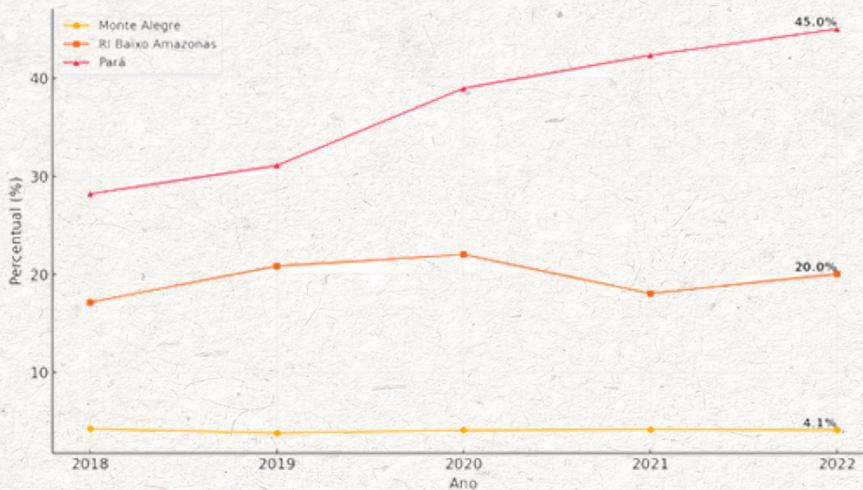
No estado do Pará, a indústria desempenha papel central na economia, com crescimento contínuo de sua participação no PIB, de 28,3% em 2018 para

45% em 2022. Esse avanço está diretamente ligado à indústria extrativa mineral, que tem grande peso na estrutura econômica paraense. A ampliação dessa participação destaca o papel estratégico do setor para o crescimento do estado, mas também impõe desafios quanto à diversificação e à redistribuição dos benefícios econômicos gerados por essa atividade entre as regiões mais periféricas, como Monte Alegre (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, o município de Monte Alegre apresentou uma leve oscilação no número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes, partindo de 10,6 em 2019, caindo para 9,3 em 2020, e recuperando-se até 10,5 em 2022, antes de encerrar 2023 com 10 profissionais por 100 mil. Esse comportamento revela certa estabilidade, ainda que em um patamar relativamente baixo, o que pode es-



tar associado à limitada oferta de centros de pesquisa, instituições de ensino superior e oportunidades profissionais voltadas à ciência na localidade (Gráfico 18).

A Região de Integração Baixo Amazonas demonstrou um crescimento mais expressivo no período. Saindo de 10,7 profissionais por 100 mil habitantes em 2019, atingiu 14,3 em 2023, com avanço mais acen-

tuado nos dois últimos anos. Esse aumento pode estar relacionado à expansão de políticas regionais de educação superior e ciência, tecnologia e inovação, bem como à interiorização de instituições de pesquisa e extensão. Ainda assim, os números apontam para uma concentração modesta de profissionais, indicando que o território ainda carece de fortalecimento institucional no campo científico (Gráfico 18).

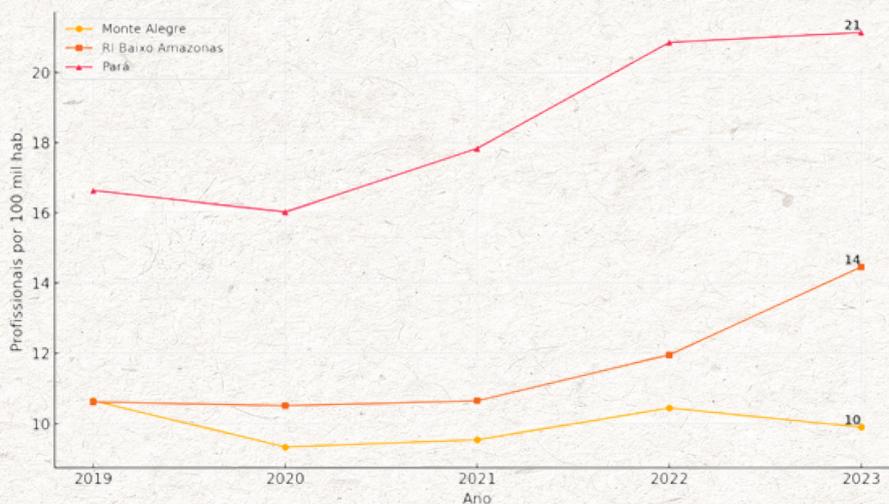
No estado do Pará como um todo, observa-se uma trajetória de crescimento contínuo e mais robusto. O número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes aumentou de 16,7 em 2019 para 21,1 em 2023. Esse comportamento sinaliza fortalecimento do ecossistema científico no estado, com maior concentração em regiões metropolitanas e polos





desenvolvimento. A diferença entre os níveis estadual e municipal reforça as desigualdades territoriais no acesso à ciência e à tecnologia, destacando a importância de políticas públicas voltadas à interiorização do conhecimento científico e à formação de quadros qualificados em municípios de menor porte como Monte Alegre (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

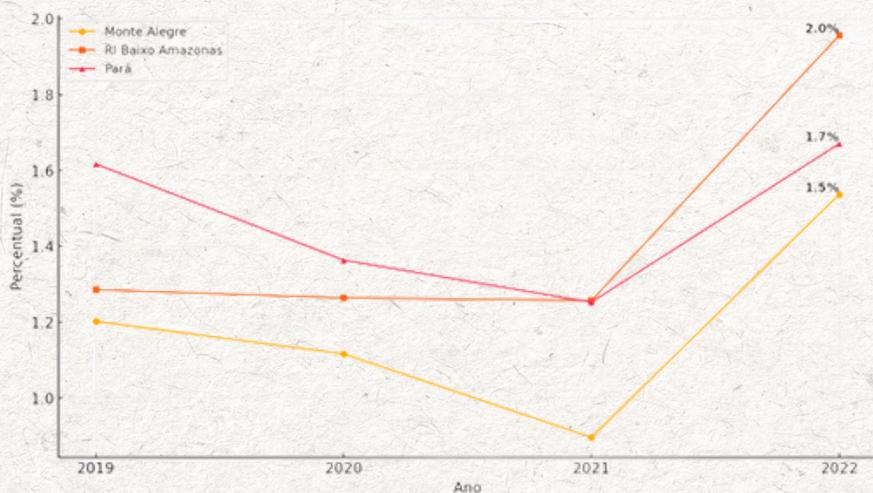
Entre 2019 e 2022, o município de Monte Alegre apresentou uma trajetória oscilante no indicador de massa salarial dos vínculos formais como percentual do PIB. O valor caiu de 1,2% em 2019 para 1,1% em 2020, atingindo o ponto mais baixo em 2021, com apenas 0,9%. No entanto, houve uma recuperação significativa em 2022, quando o indicador subiu para 1,5%. Esse movimento indica que, após um período de retração no peso dos salários formais na economia local – possivelmente relacionado à pandemia e à informalidade –, houve um avanço no último ano da série, sinalizando melhora na formalização e valorização salarial (Gráfico 19).

fico 19).

Na Região de Integração (RI) Baixo Amazonas, o comportamento também foi de estabilidade inicial, com uma leve queda de 1,29% em 2019 para 1,27% em 2021, seguida por um forte crescimento em 2022, alcançando 2,0%. Esse salto é o mais expressivo entre os três recortes territoriais, indicando uma expansão significativa do mercado formal de trabalho na região e aumento proporcional dos salários em relação ao PIB. A recuperação em 2022 pode ter sido impulsionada por setores regionais estratégicos, programas públicos ou aquecimento econômico pós-crise sanitária (Gráfico 19).

No estado do Pará, a série começou em patamar mais alto, com 1,62% em 2019, mas apresentou queda até 2021, atingindo 1,26%, antes de crescer novamente para 1,7% em 2022. Esse comportamento revela uma tendência semelhante à observada nos outros níveis: retração durante os anos mais críticos da pandemia, seguida por recuperação econômica com impacto direto no mercado formal. A retomada no último ano sinaliza uma revalorização do trabalho formal na composição do PIB estadual, embora ainda persistam desafios para elevar a participação da massa salarial em relação à riqueza gerada, sobretudo nos municípios do interior (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

No município de Monte Alegre, o indicador de acesso à telefonia móvel apresentou crescimento contínuo entre 2019 e 2023, passando de 46,2 para 72,9 linhas por 100 habitantes. Esse avanço indica uma ampliação progressiva da infraestrutura de telecomunicações e maior penetração do serviço entre os moradores, embora o patamar alcançado ainda esteja abaixo da média estadual e regional. A tendência ascendente sugere que, apesar de desafios logísticos ou estruturais, há progresso na inclusão digital do município (Gráfico 20).

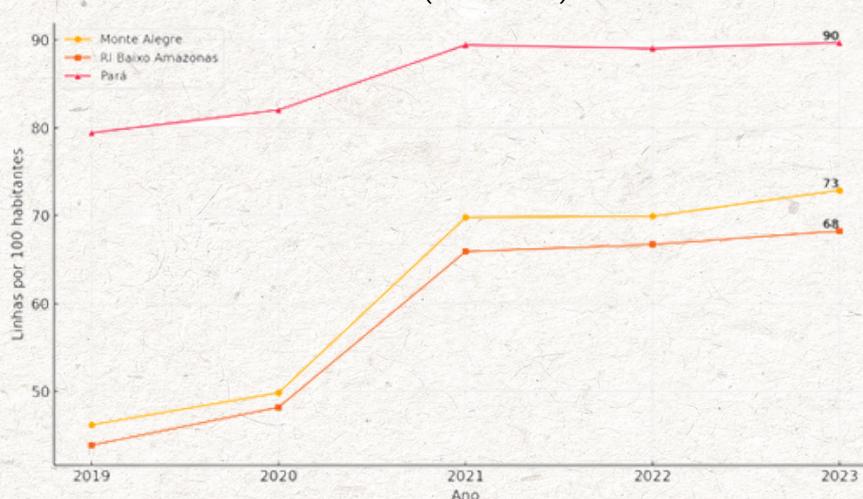
Na Região de Integração Baixo Amazonas, o comportamento do indicador foi mais volátil. Houve um crescimento expressivo entre 2019 e 2021, saltando de 43,9 para 65,9 linhas por 100 habitantes, para 66,7 a partir de 2022. Isso pode indicar uma fase inicial de expansão da telefonia móvel, possivelmente associada à adaptação digital durante a pandemia, seguida de estabilização ou retração nos anos seguintes. Apesar da queda, o nível de acesso ainda é superior ao de Monte Alegre, apontando melhores condições de conectividade regional (Gráfico 20).





O estado do Pará apresenta os melhores índices ao longo do período, com crescimento de 79,5 em 2019 para 90 linhas por 100 habitantes em 2023. O avanço é contínuo e estável, refletindo o fortalecimento das redes móveis e maior acessibilidade em áreas urbanas e semiurbanas. A diferença em relação a Monte Alegre e à RI Baixo Amazonas evidencia desigualdades territoriais de acesso à infraestrutura de telecomunicações, ressaltando a necessidade de políticas públicas mais direcionadas para garantir conectividade plena nas regiões mais remota (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 72,9 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

Em Monte Alegre, a despesa pública per capita com cultura e gestão ambiental oscilou nos primeiros anos do período, passando de R\$ 29 em 2019 para R\$ 34 em 2021, antes de apresentar um salto significativo para R\$ 78 em 2022, mantendo-se em R\$ 77 em 2023. Essa mudança abrupta sugere uma possível reestruturação orçamentária, incremento de recursos externos ou lançamento de programas específicos voltados a essas áreas. O aumento recente é positivo e indica maior valorização de políticas culturais e ambientais, fundamentais para o desenvolvimento sustentável do território (Gráfico 21).

Na Região de Integração Xingu, o comportamento também é de crescimento, com valores que oscilaram entre R\$ 57 e R\$ 65 até 2021, seguidos por aumentos mais expressivos em 2022 e 2023, atingindo R\$ 88. A tendência crescente pode ser reflexo de uma gestão mais robusta e articulada regionalmente, com maior capacidade de investimento ou priorização das temáticas culturais e ambientais em face de demandas sociais e ambientais emergentes (Gráfico 21).

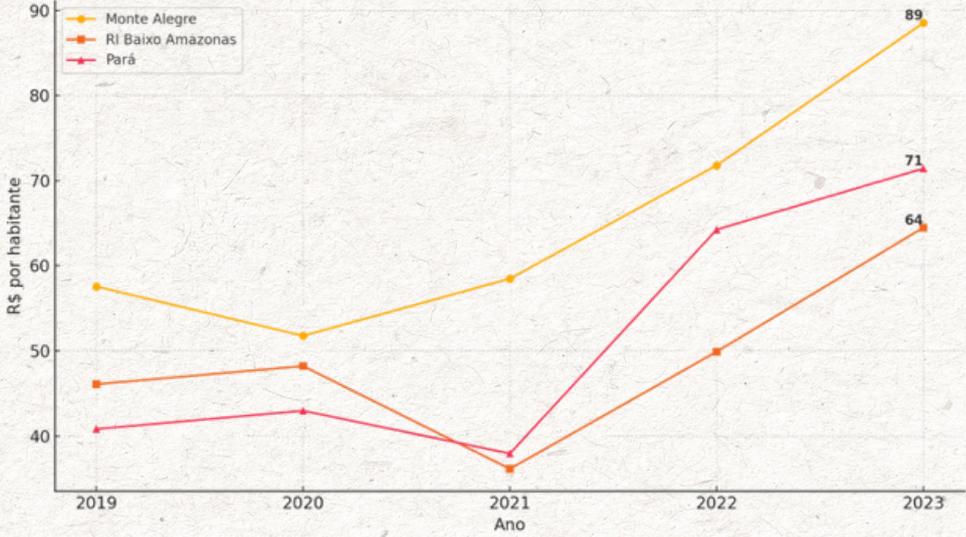
No estado do Pará, a evolução foi mais gradual, com valores passando de R\$ 41 em 2019 para R\$ 71 em 2023. O

salto mais expressivo ocorreu entre 2021 e 2022, quando o indicador passou de R\$ 38 para R\$ 64, o que pode refletir maior investimento estadual pós-pandemia ou fortalecimento das políticas ambientais frente ao contexto amazônico. Ainda que a evolução seja positiva, o patamar ainda se encontra abaixo do observado em Monte Alegre e na RI Baixo Amazonas nos anos mais recentes, revelando um avanço descentralizado nas despesas culturais e ambientais em territórios específicos (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 89/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.





Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

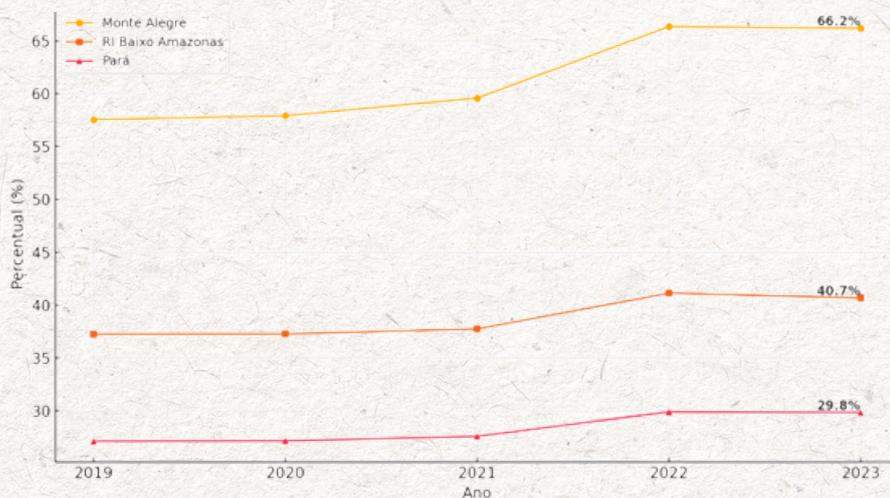
O município de Monte Alegre apresentou percentuais elevados e crescentes ao longo do período analisado, iniciando em 57,4% em 2019 e atingindo 66,2% em 2022, patamar que se manteve em 2023. Esse crescimento evidencia um agravamento da precariedade no manejo de resíduos sólidos entre a população de baixa renda, possivelmente em decorrência da ausência ou deficiência de serviços regulares de coleta pública. A persistência de níveis tão altos sugere que políticas locais de saneamento e resíduos não têm conseguido atender de forma adequada as áreas

mais vulneráveis (Gráfico 22).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, os dados mostram uma situação menos crítica, mas ainda preocupante. O percentual manteve-se relativamente estável entre 2019 (37,2%) e 2021 (38,0%), subindo para 40,7% em 2022, com manutenção desse valor em 2023. Essa leve elevação indica que, embora haja alguma cobertura de serviços de coleta, ela ainda não é suficiente para garantir o descarte adequado do lixo por parte das populações de baixa renda da região, especialmente em zonas rurais e periféricas (Gráfico 22).

No estado do Pará como um todo, o cenário é mais favorável, embora também esteja longe do ideal. O percentual estadual iniciou em 27,0% em 2019 e aumentou gradualmente até alcançar 29,8% em 2022, mantendo-se nesse nível em 2023. Esse crescimento revela uma estagnação ou até mesmo retrocesso em políticas de ampliação da coleta domiciliar de resíduos sólidos voltada para as camadas mais pobres da população. A disparidade entre os dados municipais e estaduais reforça a necessidade de interiorização das políticas de saneamento básico (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 66,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Em Monte Alegre, o percentual da população de baixa renda com fossa rudimentar é alarmantemente alto, partindo de 58,2% em 2019 e chegando ao pico de 65,2% em 2022, com leve queda para 64,8% em 2023. A evolução demonstra um quadro persistente de exclusão sanitária, com a maioria das famílias de baixa renda dependendo de soluções precárias para esgotamento sanitário. O padrão elevado indica falta de acesso à rede de esgoto ou sistemas sépticos adequados, o que compromete a saúde pública e o meio ambiente (Gráfico 23).

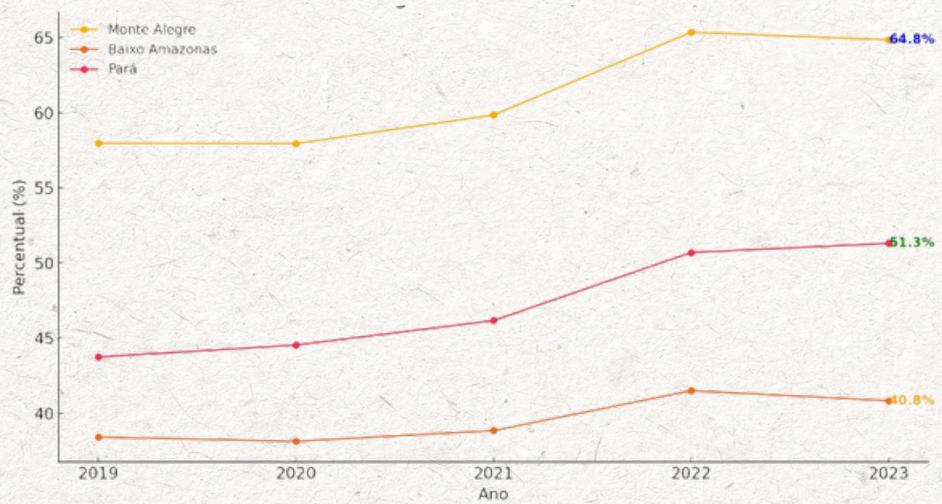
Na Região de Integração Bai-

xo Amazonas, o indicador manteve-se abaixo do município, mas ainda em patamar elevado. Partindo de 38,4% em 2019, o percentual apresentou variações modestas ao longo dos anos, chegando a 42,3% em 2022 e recuando para 40,8% em 2023. Esses números mostram que uma parcela significativa da população de baixa renda da região continua sem acesso a soluções sanitárias adequadas, embora com alguma estabilidade no indicador, o que pode sugerir esforços pontuais de mitigação (Gráfico 23).

No estado do Pará, o cenário revela avanços graduais. O

percentual era de 43,7% em 2019 e aumentou para 51,3% em 2023, com crescimento mais acentuado a partir de 2021. Apesar da elevação, o patamar ainda é inferior ao do município e da RI, indicando que os esforços estaduais podem estar sendo mais eficazes nas áreas metropolitanas. Ainda assim, mais da metade da população pobre do estado vive com esgotamento precário, o que evidencia a urgência de investimentos estruturais em saneamento básico, com foco especial na população vulnerável (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 64,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

Gastos per capita com prevenção de desastres

O município de Monte Alegre apresentou variações significativas no gasto per capita com prevenção de desastres ao longo do período. Em 2019, o valor era de R\$ 183 e teve um pico expressivo em 2020, alcançando R\$ 324. Após essa alta, observou-se uma queda acentuada para R\$ 164 em 2021, seguida de nova elevação em 2022 (R\$ 232) e recuo para R\$ 201 em 2023. Essa oscilação evidencia ausência de continuidade em estratégias preventivas, possivelmente influenciada por fatores orçamentários, prioridades políticas variáveis ou respostas a eventos climá-

ticos pontuais (Gráfico 24).

Na Região de Integração Bairro Amazonas, os valores foram mais estáveis, com uma trajetória levemente ascendente. A despesa partiu de R\$ 205 em 2019, subindo para R\$ 266 em 2020, recuando levemente em 2021 e voltando a crescer até atingir R\$ 267 em 2023. A consistência nos gastos indica maior previsibilidade orçamentária e talvez um esforço regional para estruturar políticas de proteção civil de forma mais contínua, o que pode ter impactos positivos na resiliência dos municípios frente a desastres naturais (Gráfico 24).





No estado do Pará, o comportamento foi de crescimento acentuado, sobretudo a partir de 2022. Partindo de R\$ 260 em 2019, o gasto per capita aumentou para R\$ 321 em 2020, caiu em 2021 (R\$ 263) e saltou para R\$ 423 em 2022, encerrando 2023 em R\$ 426. Esse crescimento acelerado pode estar relacionado à intensificação de eventos climáticos extremos no estado, à ampliação de políticas estaduais de defesa civil e ao fortalecimento de investimentos estruturais e emergenciais com foco em prevenção de riscos ambientais e urbanos (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 201/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

Monte Alegre apresentou um desempenho destacado nesse indicador, com forte tendência de alta. Em 2019, a despesa per capita foi de R\$ 369 e subiu de forma consistente até 2021 (R\$ 620). Apesar de uma leve retração em 2022 (R\$ 440), o município encerrou 2023 com um salto expressivo, atingindo R\$ 1.041 por habitante – muito acima das médias regional e estadual. Esse dado indica uma priorização clara da agenda de preservação aquática, possivelmente vinculada a políticas locais voltadas à proteção de rios, igarapés e mananciais, elementos centrais na geografia da região (Gráfico 25).



Na Região de Integração Baixo Amazonas, a trajetória foi moderadamente crescente, ainda que marcada por alguma instabilidade. A despesa passou de R\$ 170 em 2019 para R\$ 230 em 2020, manteve-se em torno desse patamar até 2022 (R\$ 165) e, em 2023, registrou avanço significativo, chegando a R\$ 387. Esse movimento pode estar associado ao fortalecimento de políticas intermunicipais de proteção hí-

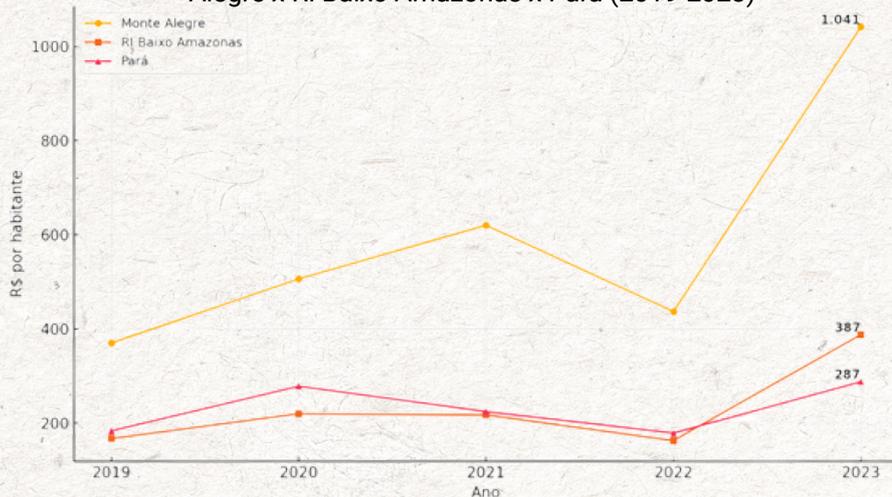
drica, embora os valores ainda fiquem distantes dos observados em Monte Alegre, revelando diferentes capacidades orçamentárias e prioridades locais (Gráfico 25).

No estado do Pará, os dados apontam para um crescimento moderado, com oscilações ao longo do tempo. A despesa per capita passou de R\$ 188 em 2019 para R\$ 278 em 2020, caiu nos dois anos seguintes, alcançando R\$ 180 em 2022,



e teve recuperação em 2023, com R\$ 287. Apesar da retomada, os valores continuam abaixo dos registrados em Monte Alegre, o que pode indicar que as ações estaduais estão mais diluídas ou concentradas em outras frentes de política ambiental. A evolução aponta, no entanto, para um reconhecimento crescente da importância da agenda hídrica (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 1.041/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

ODS 15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



Percentual da Área de Floresta em relação à área total

No município de Monte Alegre, o percentual de área florestal manteve-se relativamente estável, com pequenas variações ao longo do período. Em 2019, o índice era de 59,1%, subindo para 64,8% em 2020, recuando em 2021, e voltando a crescer até estabilizar em 61,3% nos dois últimos anos. Esses dados revelam uma leve tendência de recuperação da cobertura vegetal, embora ainda abaixo dos níveis ideais em relação ao potencial ambiental da região. A estabilidade nos últimos dois anos pode refletir medidas locais de controle do desmatamento ou limitação na expansão agropecuária (Gráfico 26).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o indicador apresentou maior volatilidade.

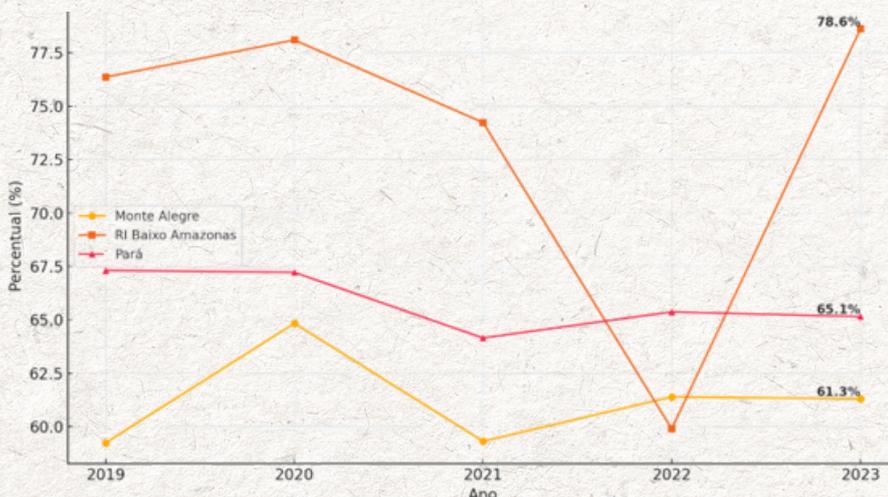
A cobertura florestal, que era de 76,6% em 2019 e chegou a 78,2% em 2020, sofreu uma queda brusca em 2022, atingindo apenas 59,7%. Contudo, em 2023 houve uma recuperação impressionante, elevando-se para 78,6%, o maior valor da série. Essa oscilação pode indicar tanto inconsistência em



cadastros e atualizações territoriais quanto mudanças rápidas no uso e cobertura do solo por pressão econômica e posterior resposta institucional (Gráfico 26).

No estado do Pará, o percentual de área florestal permaneceu relativamente estável durante todo o período, variando entre 64,3% e 65,1%. Esse padrão revela uma resiliência da cobertura florestal no conjunto do território estadual, apesar das pressões locais observadas em regiões específicas. Ainda assim, a leve tendência de declínio observada até 2021 e a retomada posterior indicam que o estado enfrenta um desafio constante entre conservação ambiental e atividades econômicas, especialmente na fronteira agrícola e extrativista (Gráfico 26).

Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 61,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Percentual da Área Desmatada em relação à área total

Monte Alegre apresentou níveis elevados de desmatamento em relação à sua área total. O percentual cresceu ligeiramente entre 2019 e 2022, passando de 24,0% para 24,9%, o que indica um processo contínuo de pressão sobre o uso da terra. Entretanto, em 2023, houve uma queda expressiva para 18,7%, o que pode estar associado a ações mais efetivas de fiscalização ambiental ou mudanças no ritmo de expansão agropecuária. Apesar da melhora recente, o município ainda exibe um dos maiores percentuais de área desmatada entre os recortes analisados (Gráfico 27).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o cenário é distinto. O indicador foi relativamente estável entre 2019 e 2021, mantendo-se em torno de 6,7%, mas registrou um

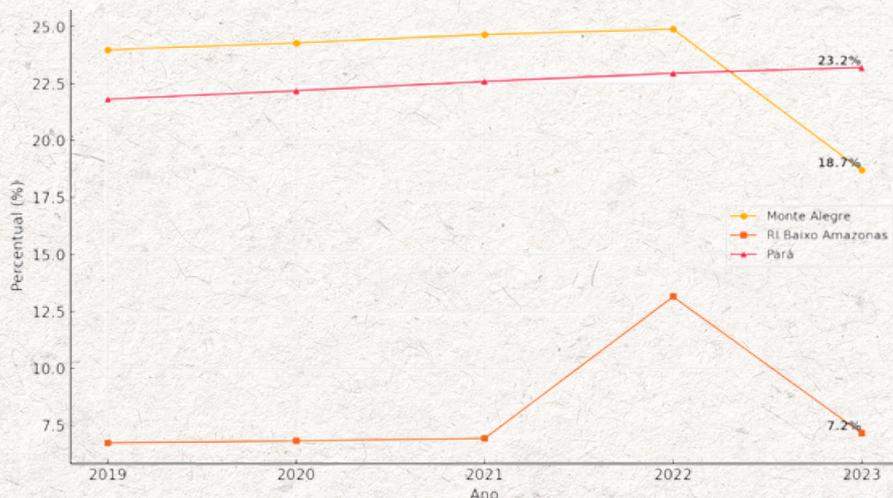
pico significativo em 2022, quando atingiu 13,0%. Em 2023, no entanto, a taxa retornou ao patamar anterior, com 7,2%. Esse comportamento pode indicar eventos pontuais de intensificação do desmatamento, como aumento de queimadas ou avanço ilegal sobre áreas protegidas, seguidos de ações corretivas ou queda da pressão econômica sobre áreas florestais (Gráfico 27).

O estado do Pará manteve trajetória de crescimento leve, porém constante, do percentual de área desmatada: partindo de 21,9% em 2019 para 23,2% em 2023. Essa tendência de alta, ainda que moderada, reflete o avanço contínuo das atividades econômicas sobre o território florestal, em especial nas regiões de expansão da pecuária e da mineração. O ritmo de cresci-

mento do desmatamento, mesmo que aparentemente controlado, indica que os desafios de conservação seguem presentes, exigindo vigilância ativa e políticas públicas integradas em escala estadual (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 18,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

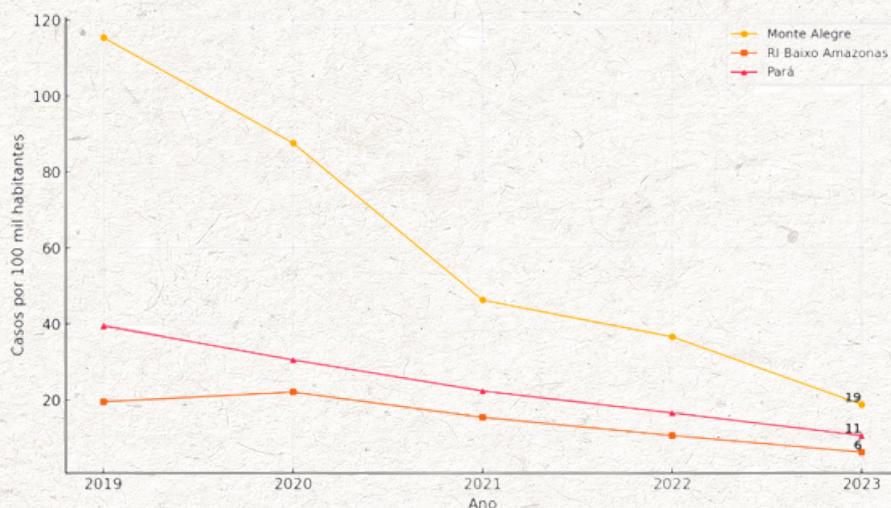
O município de Monte Alegre apresentou uma expressiva redução na incidência de trabalho infantil. Em 2019, o indicador era extremamente elevado, com 116 casos por 100 mil habitantes. A partir de então, observou-se uma trajetória contínua de queda: 88 em 2020, 46 em 2021, 37 em 2022 e 19 em 2023. Essa tendência positiva sugere a eficácia de políticas públicas voltadas ao combate ao trabalho infantil, possivelmente aliada à intensificação de ações de fiscalização, ampliação da rede escolar e programas de transferência de renda (Gráfico 28).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, os valores sempre estiveram em patamar inferior aos de Monte Alegre, mas também apresentaram redução consistente. Em 2019, a taxa era de 19 casos por 100 mil, subindo levemente para 22 em 2020, e então caindo de forma contínua até atingir apenas 6 casos por 100 mil em 2023. O comportamento indica que, além de Monte Alegre, os demais municípios da RI também vêm adotando medidas efetivas para erradicar o trabalho infantil, com resultados bastante positivos no último ano da série (Gráfico 28).



No estado do Pará, a trajetória também é decrescente, embora com valores historicamente superiores aos da RI. O indicador caiu de 39 casos por 100 mil em 2019 para 11 em 2023, representando uma queda de mais de 70%. Esse dado mostra que as ações de combate ao trabalho infantil têm alcançado cobertura estadual e estão surtindo efeito em larga escala. Ainda assim, o patamar estadual final continua superior ao da RI Baixo Amazonas, evidenciando disparidades regionais que requerem atenção contínua (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 19 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

Em Monte Alegre, a taxa de homicídios apresentou oscilação entre 2019 e 2022, mas teve uma queda significativa em 2023. Partindo de 15,7 homicídios por 100 mil habitantes em 2019, o município reduziu esse número para 11,8 em 2020 e manteve relativa estabilidade até 2022. No entanto, o dado mais expressivo aparece em 2023, com uma queda abrupta para apenas 2 homicídios por 100 mil habitantes. Essa redução pode estar relacionada a estratégias locais de segurança pública, aumento da presença policial ou políticas preventivas que conseguiram conter a violência

letal (Gráfico 29).

A Região de Integração Baixo Amazonas manteve a taxa de homicídios relativamente estável ao longo do período, com pequenas variações. Em 2019, a taxa era de 16,4, caindo para 11,5 em 2020, subindo novamente para 16,2 em 2022 e encerrando 2023 com 13. Essa leve oscilação, sem tendência clara de alta ou queda sustentada, sugere que, embora não haja agravamento da violência, os esforços regionais ainda não foram suficientes para produzir uma mudança estrutural na taxa de homicídios da RI (Gráfico 29).

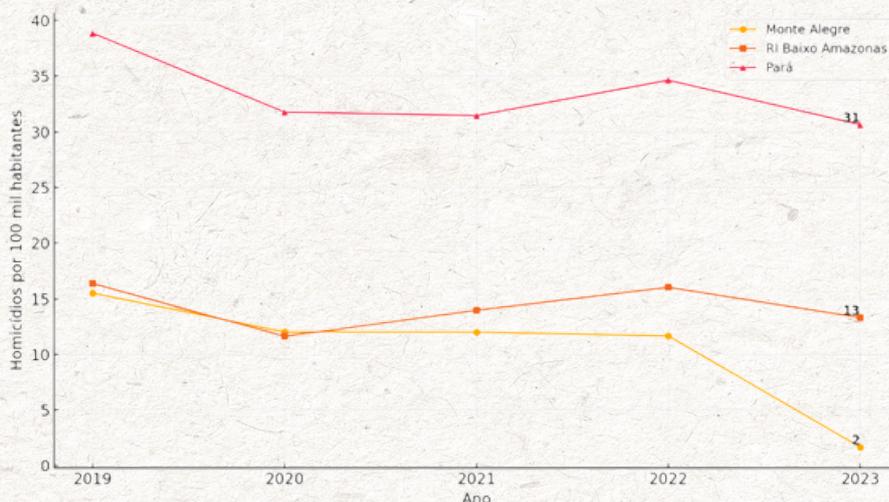
No estado do Pará, os dados

indicam um patamar persistentemente elevado de homicídios, embora com leve tendência de queda. A taxa começou em 38,7 por 100 mil habitantes em 2019, caiu para 31,6 em 2020, estabilizou-se em 2021 e 2022 (com leve alta em 2022 para 34,5), e voltou a cair para 31 em 2023. Esses valores refletem o desafio persistente da violência letal em todo o estado, em especial nos centros urbanos e regiões de conflito fundiário, e indicam a necessidade de medidas estruturais integradas e duradouras para reduzir efetivamente a criminalidade violenta (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS 17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

O gráfico mostra que o município de Monte Alegre apresentou um crescimento significativo na razão entre gasto público municipal e PIB ao longo do período de 2018 a 2022. Partindo de 21,2% em 2018, o indicador atingiu 24,5% em 2019, teve um leve recuo em 2020 (21,4%), mas retomou crescimento firme nos dois anos seguintes, chegando a 31,4% em 2022. Esse aumento pode refletir tanto maior capacidade de arrecadação e execução orçamentária quanto um possível arrefecimento do PIB local em relação ao volume de despesas, indicando maior dependência da máquina pública na economia muni-

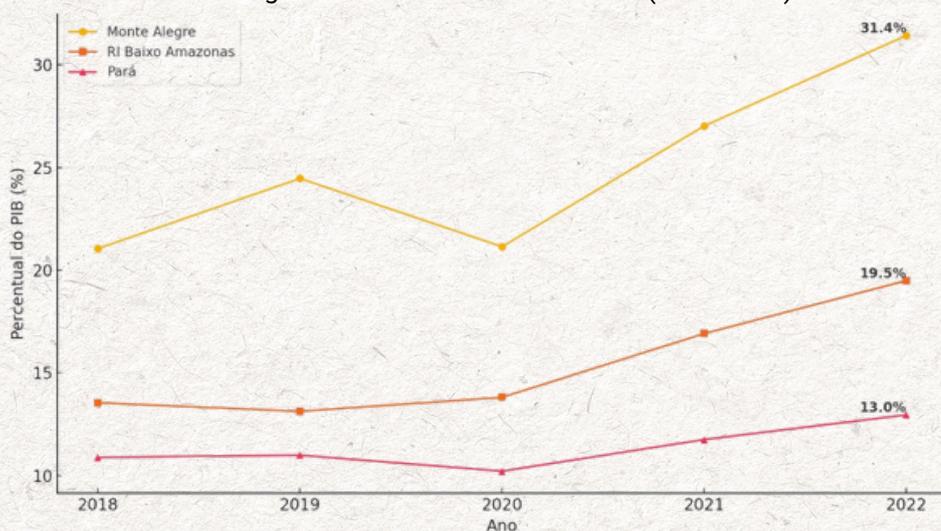
cipal (Gráfico 30).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, a trajetória foi de crescimento mais moderado, mas ainda assim contínua. O percentual iniciou em 13,5% em 2018, sofreu leve queda em 2019, e depois avançou gradualmente até alcançar 19,5% em 2022. Esse padrão sugere um fortalecimento relativo da atuação pública nos municípios da região, embora ainda em patamares bem inferiores aos de Monte Alegre, o que pode refletir tanto diferenças estruturais no perfil econômico quanto nas estratégias de investimento e priorização de políticas públicas (Gráfico 30).

No estado do Pará como um

todo, o indicador se manteve em patamares mais baixos e com menor variação ao longo dos anos. A proporção do gasto público em relação ao PIB oscilou entre 10,2% (2020) e 13,0% (2022), revelando uma relativa estabilidade no papel do setor público estadual na economia. Isso pode ser interpretado como um equilíbrio entre arrecadação e execução orçamentária, ou também como reflexo da força da atividade econômica privada em certas regiões do estado que reduz a representatividade relativa do gasto público no cômputo do PIB (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 31,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta não foi alcançada.



Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

A taxa de acesso à banda larga fixa em Monte Alegre apresentou crescimento significativo entre 2019 e 2023, saindo de 2,6 pontos por 100 habitantes em 2019 para 6,0 em 2023. Houve um avanço expressivo entre 2020 e 2021, quando o indicador saltou de 3,1 para 5,7 pontos, permanecendo praticamente estável em 2022 e crescendo levemente no último ano. Esse crescimento pode refletir tanto a ampliação da infraestrutura de telecomunicações quanto o aumento da demanda por conectividade, especialmente durante e após o período de pandemia, em que o acesso digital se tornou mais necessário para educação, trabalho e serviços (Gráfico 31).

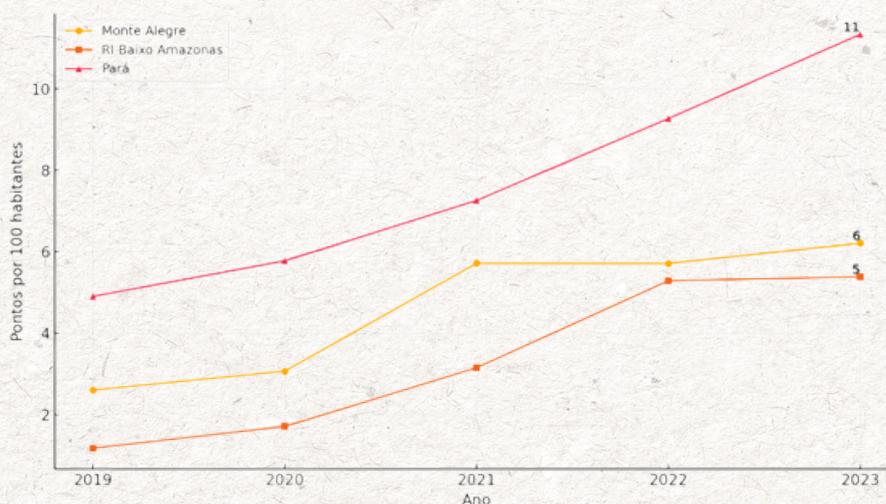
Na Região de Integração do Baixo Amazonas, o avanço também foi notável, embora partindo de uma base ainda mais baixa. O indicador saiu de 1,2 ponto por 100 habitantes em 2019 para 5,2 em 2023, com uma trajetória de crescimento mais contínua e linear. O dado revela um processo progressivo de inclusão digital na região, ainda que em ritmo ligeiramente inferior ao de Monte Alegre, o que pode estar relacionado a disparidades intrarregionais em termos de cobertura, investimento privado e capacidade institucional dos municípios menores (Gráfico 31).

No estado do Pará como um todo, o crescimento foi ainda mais expressivo e consistente,

elevando-se de 4,9 pontos por 100 habitantes em 2019 para 11,0 em 2023. O ritmo acelerado de expansão sugere investimentos estruturantes em telecomunicações e maior densidade de consumo em áreas urbanas mais desenvolvidas, como Belém e entorno. O patamar estadual está significativamente acima dos valores registrados para Monte Alegre e a RI Baixo Amazonas, o que evidencia uma desigualdade regional importante no acesso à banda larga fixa e reforça a necessidade de políticas públicas que garantam conectividade como um direito básico para populações do interior (Gráfico 31).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



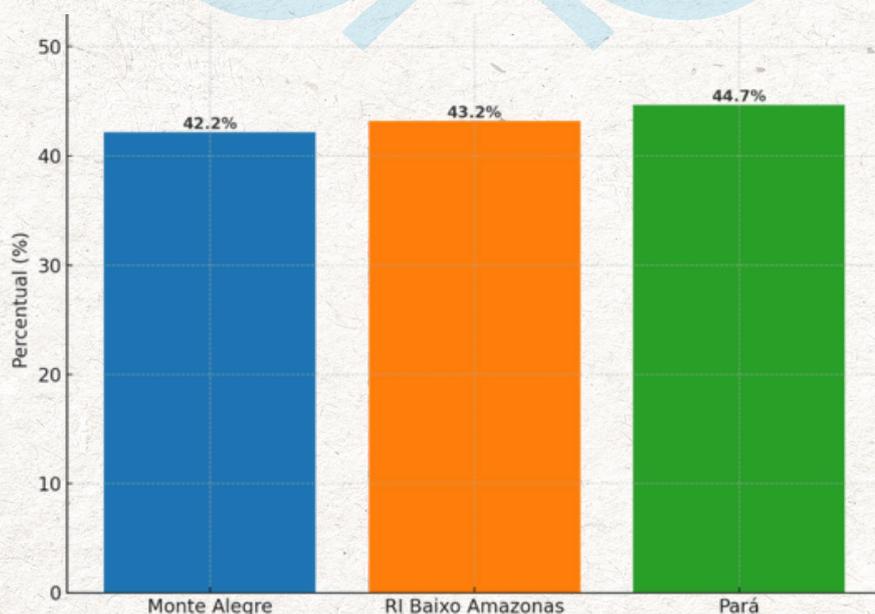
Fonte: ANATEL e IBGE.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Monte Alegre** registrou um IDS de **42,2%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Monte Alegre x RI Baixo Amazonas x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.

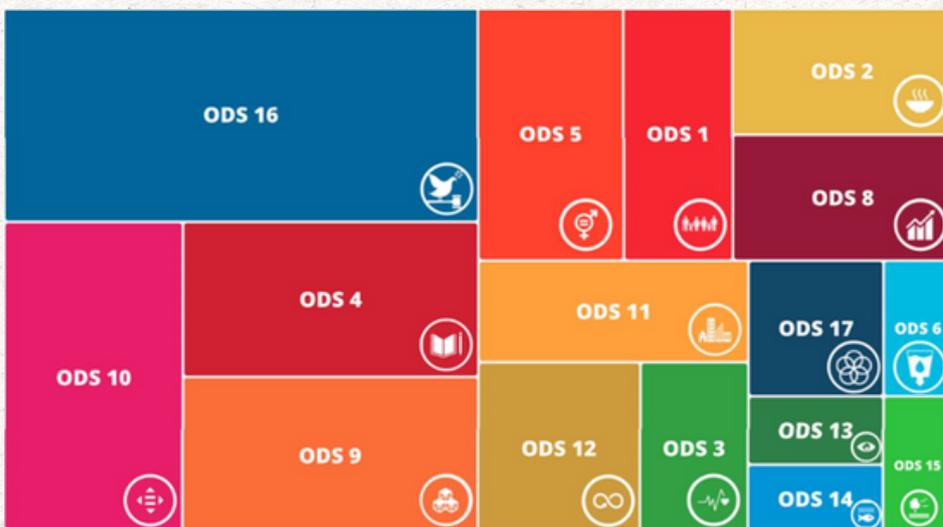


Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contêm importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23.2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).

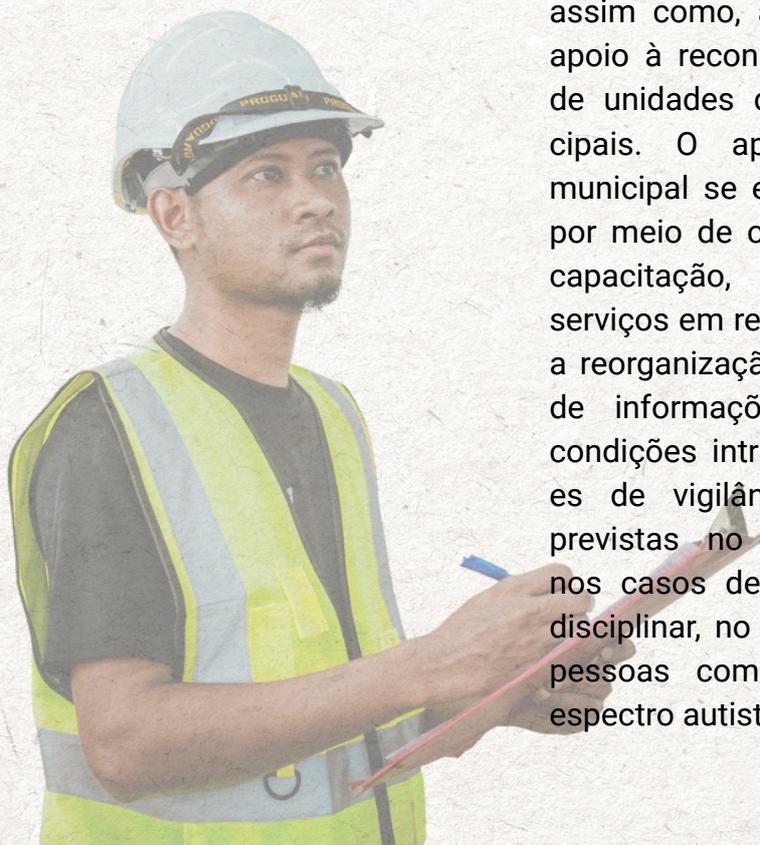


Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multissetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Monte Alegre na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Monte Alegre e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes do modelos econômicos atuais, exclusão socioproductiva e impactos ambientais.

Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.





Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

